



STARR International Brasil Seguradora S.A.

CNPJ nº 17.341.270/0001-69
Relatório da Administração

Senhores Acionistas, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **STARR International Brasil Seguradora S.A.**, em 31 de dezembro de 2018, apurados com base na regulamentação vigente, elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). **Contexto operacional:** A STARR International Brasil Seguradora S.A., foi constituída em 29 de junho de 2012, autorizada pela SUSEP pela portaria nº 4.947, de 23 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 25 de outubro de 2012, a operar com seguros de danos em todo o território nacional. Tendo como foco principal o segmento de médias e grandes empresas, a STARR International Brasil Seguros S.A. é uma seguradora especializada, oferecendo uma diversa gama de produtos em ramos elementares e seguros de pessoas. **Estratégia de atuação:** Nosso pilar estratégico está baseado não somente na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades de nossos clientes, mas principalmente na entrega consistente e de alta qualidade. A estratégia da Starr, é focar em linhas de negócios específicas, como Transportes, RN/RO de Propriedades, Riscos de Engenharia, Viagem, Vida em Grupo, Linhas Financeiras e Aviação. Nossas plataformas de negócios foram desenvolvidas para proporcionar flexibilidade e dinamismo aos parceiros e usuários e visam ainda atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação. Seguimos políticas consistentes de

precificação, aceitação de riscos e gerenciamento de sinistros, que são condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil. **Desempenho:** A STARR International Brasil Seguradora S.A. apresentou Prêmios Emitidos Líquidos de R\$ 138,690 mil no exercício de 2018, crescimento de 62,6% em comparação com R\$ 85,277 mil no mesmo período de 2017, refletidos pelo Seguro Viagem, Transportes, Acidentes Pessoais, RN/RO de Propriedades, Riscos de Engenharia, Linhas Financeiras e DPVAT. O prejuízo do exercício de 2018 foi de R\$ 9,109 mil, tendo uma significativa melhora contra o ano de 2017 onde o resultado foi um prejuízo de R\$ 19,980 mil. A melhora no resultado decorreu principalmente pelo aumento na produtividade e melhora na sinistralidade das Carteiras do Seguro Viagem e Transportes. **Perspectiva e agradecimentos:** A STARR International Brasil Seguradora S.A. mantém suas expectativas e foco contínuo no crescimento sustentável de suas operações, bem como a manutenção dos investimentos previstos para o futuro. A companhia vem se adequando operacionalmente e aprimorando-se em seus controles internos, buscando a excelência na operação técnica e gestão de riscos e fraudes. Investir em seus profissionais, ser eficiente operacionalmente, focar em tecnologia e controlar eficientemente custos e despesas e direcionamento de negócios em linhas com alta rentabilidade serão a base do crescimento da seguradora. Aos nossos profissionais e colaboradores diretos e indiretos manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela excelência nos serviços prestados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas 31/12/2018		31/12/2017		Passivo	Notas explicativas 31/12/2018		31/12/2017	
Circulante		309.844		163.677	Circulante		303.138		145.716
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.189		4.062	Contas a pagar	16	4.124		2.234
Caixa e bancos		1.189		4.062	Obrigações a pagar	16.1	1.529		590
Aplicações	8	117.170		107.070	Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	1.598		922
Títulos de renda fixa		51.555		47.851	Encargos trabalhistas	16.3	632		351
Quotas de fundos de investimentos		65.615		59.219	Impostos e contribuições	16.4	341		201
Créditos das operações com seguros e resseguros	9	57.444		32.532	Outras contas a pagar	16.5	24		170
Prêmios a receber	9.1	54.442		29.397	Débitos de operações com seguros e resseguros	17	46.189		19.351
Operações com seguradoras	9.3	568		-	Prêmios a restituir	17.1	324		167
Operações com resseguradoras	9.4	2.349		3.085	Operações com seguradoras	17.2	3.880		2
Outros créditos operacionais	9.5	85		50	Operações com resseguradoras	17.3	34.424		13.729
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	10	129.065		14.876	Corretores de seguros e resseguros	17.4	3.781		2.709
Títulos e créditos a receber	11	171		937	Outros débitos operacionais	17.5	3.780		2.744
Créditos tributários e previdenciários	11.1	140		918	Depósito de terceiros	18	633		838
Outros créditos	11.2	31		19	Provisões técnicas - seguros	19	252.192		123.293
Despesas antecipadas	12	27		441	Danos		208.294		83.390
Custos de aquisição diferidos	13	4.778		3.759	Pessoas		43.898		39.903
Seguros		4.778		3.759	Passivo não circulante		9		-
Ativo não circulante		39.841		1.409	Outros débitos	21	9		-
Realizável a longo prazo		38.174		435	Provisões Judiciais		9		-
Aplicações	8	38.174		435	Patrimônio líquido	22	46.538		19.370
Títulos de renda fixa		38.174		-	Capital social		100.806		56.436
Quotas de fundos de investimentos		-		435	Aumento de capital em aprovação		-		8.093
Imobilizado	14	1.389		562	Prejuízos acumulados		(54.268)		(45.159)
Bens móveis		640		474	Total do passivo e patrimônio líquido		349.685		165.086
Outras imobilizações		749		88	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
Intangível	15	278		412	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)				
Outros intangíveis		278		412					
Total do Ativo		349.685		165.086					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
= **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018** (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A STARR International Brasil Seguradora S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 29 de junho de 2012, conforme Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada na mesma data e foi autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 4.947, de 23 de outubro de 2012. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório localizados na Avenida Paulista, 283 - 14º andar, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. O controle acionário e a gerência efetiva nos negócios da Companhia são exercidos pela STARR Brasil Participações Ltda., sociedade constituída e existente de acordo com as leis brasileiras. A STARR Brasil Participações Ltda. detém 99,9% do capital social da Companhia. A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos e de pessoas em todo território nacional, sobretudo nos seguintes grupos de ramos: • 01 - Patrimônio; • 03 - Responsabilidades; • 06 - Transportes; • 07 - Riscos Financeiros; • 09 - Pessoas Coletivo; • 13 - Pessoas Individual. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros que estão divulgadas na nota explicativa nº 6. Estas demonstrações foram autorizadas para emissão pela Administração em 22 de fevereiro de 2019.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, a demonstração de resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, e a demonstração do fluxo de caixa da Companhia, conforme legislação em vigor. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, cujas principais modificações em relação ao formato de apresentação foram: (i) as Provisões técnicas passam a ser apresentadas por grupo de ramos de seguros; (ii) as despesas com inspeção de riscos estão sendo apresentadas no grupo "Custos de aquisição"; (iii) as operações de resseguro estão sendo apresentadas em grupos específicos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 apresentadas, foram elaboradas nas mesmas bases, a fim de possibilitar a sua comparabilidade. **2.2 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **2.4 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são mensuradas usando a moeda principal do ambiente econômico, no qual a Seguradora atua. A moeda funcional é o Real, que é utilizada nas demonstrações financeiras. A Companhia não possui ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira na data de fechamento do balanço. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão relacionadas à marcação a mercado dos ativos financeiros. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário disponível em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição, de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor justo de mercado. **3.2 Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no montante do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: • Valor justo por meio do resultado; • Mantidos até o vencimento; • Disponíveis para venda; e • Empréstimos e recebíveis. A Administração, por meio de sua Política de Investimentos Financeiros, determina a classificação dos ativos financeiros na data de aquisição, considerando a sua estratégia de investimentos, que leva em consideração o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo. a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. Em 31 de dezembro de

Saldos em 31 de dezembro 2016

Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 234 e 250
Aumento de capital AGE 31/03/2017 e 28/04/2017
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 379 e 392
Aumento de capital AGE 28/07/2017 e 28/09/2017
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 542 e 663
Aumento de capital AGE 31/10/2017
Aumento de capital AGE 28/12/2017
Prejuízo no exercício

Saldos em 31 de dezembro 2017

Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 713 de 02/01/2018
Aumento de capital AGE 30/01/2018
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 785 de 23/02/2018
Aumento de capital AGE 28/03/2018
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 843 de 02/04/2018
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 898 de 14/05/2018
Aumento de capital AGE 29/05/2018
Aumento de capital AGE 28/06/2018
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 987 de 09/07/2018
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 1.023 de 03/08/2018
Aumento de capital AGE 28/09/2018
Homologação do aumento de capital: Portaria SUSEP nº 1.119 de 05/11/2018
Prejuízo no exercício

Saldos em 31 de dezembro 2018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo líquido do exercício	(9.109)	(19.980)
Depreciação e amortizações	212	295
Prejuízo líquido ajustado	(8.897)	(19.685)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(47.839)	(17.317)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(24.912)	(1.568)
Créditos tributários e previdenciários	778	(368)
Títulos e créditos a receber	(12)	90
Custos de aquisição diferidos	(1.019)	(1.721)
Ativos de resseguro e retrocessão diferidos	(114.189)	(10.899)
Despesas antecipadas	414	(269)
Impostos e contribuições	140	(80)
Outras contas a pagar	1.750	(1.308)
Débitos de operações com seguros e resseguros	26.838	10.914
Provisões técnicas - seguros e resseguros	128.899	27.097
Depósito de terceiros	(205)	273
Provisões judiciais	9	-
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	(29.348)	4.844
Caixa líquido consumido pelas operações	(38.245)	(14.841)
Imobilizado	(940)	(274)
Intangível	35	(70)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(905)	(344)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	36.277	19.119
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	36.277	19.119
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(2.873)	3.934
Caixa no início do exercício	4.062	128
Caixa no fim do exercício	1.189	4.062
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	(2.873)	3.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores. c) Ativos financeiros disponíveis para venda: A Companhia não possui instrumentos financeiros registrados na data de encerramento das demonstrações financeiras. d) Empréstimos e recebíveis: São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2018 compreendem em caixa e equivalentes de caixa e a conta prêmios. e) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das Demonstrações Financeiras nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período. **3.3 Ativos não financeiros:** Ativos não financeiros sujeitos à depreciação ou amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para redução ao valor recuperável de ativos quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para impairment é reconhecida no resultado para o valor pelo qual o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido pelas práticas contábeis adotadas, como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de impairment de ativos não financeiros, os ativos são agrupados no menor nível para o qual a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa.

continua →



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da STARR Internacional Brasil Seguradora S.A. - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

3.4 Ativos intangíveis: (a) Softwares: Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; (ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o software pode ser vendido ou usado; (iv) o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocadas às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliadas para impairment periodicamente pela Seguradora. (b) Licenças de uso de software adquiridos: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até cinco anos. **3.5 Imobilizado:** O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecido como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para a Seguradora e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou "parte" de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A depreciação de outros itens do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o exercício de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota 14. O valor residual dos ativos e a vida útil dos bens são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu. **3.6 Classificação de contratos de seguro e contratos de investimento:** Na adoção do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4), a Seguradora efetuou o processo de classificação de todos os contratos de seguro e resseguro com base em análise de transferência de risco significativo de seguro entre as partes no contrato, considerando adicionalmente, todos os cenários com substância comercial onde o evento segurado ocorre, comparado com cenários onde o evento segurado não ocorre. A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros em diversos ramos que transferem risco de seguro, risco financeiro ou ambos. Como guia geral, a Seguradora define risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. A Seguradora não identificou contratos classificados como "contratos de investimento" na aplicação do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11 (equivalente ao IFRS 4). Os contratos de resseguro que não atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 (equivalente ao IFRS 4) são classificados como ativos financeiros. Todos os contratos de resseguro foram classificados como contratos de seguro por transferirem risco significativo de seguro entre as partes no contrato. **4. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **4.1 Contas a pagar:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo de mercado e quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação. **4.2 Benefícios a empregados:** De acordo com CPC 33 a Seguradora possui participação nos lucros com base na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários e outros beneficiários de curto prazo. **4.3 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e o critério de provisionamento está descrito nas notas explicativas 19.1 e 21, em linha com os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB nº15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **4.4 Imposto de renda e contribuição social:** A contribuição social foi constituída pela alíquota de 20%, conforme disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. O imposto de renda foi constituído pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excedem R\$ 240 no exercício. Os créditos tributários, decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são controlados na escrituração fiscal. A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de tributos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **4.5 Passivos oriundos de contratos de seguros:** A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro na adoção inicial dos IFRS. Segundo o CPC 11, a Seguradora utilizou a isenção de aplicar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BRGAAP (políticas e práticas contábeis adotadas no Brasil que estão relacionadas abaixo) utilizada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização desta isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como: (i) teste de adequação de passivos, (ii) avaliação de nível de prudência utilizada na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas contábeis previstas e permitidas segundo o CPC 11 para uma entidade que adota essas normas pela primeira vez. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritas a seguir: (i) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados. A provisão de prêmios não ganhos referente aos Riscos Vigentes e ainda Não Emitidos (RVNE) é constituída conforme Nota Técnica Atuarial submetida à SUSEP, em que são justificadas as metodologias de estimação, conforme Resolução CNSP nº 321/15, consolidada pela Circular nº 517 de 30 de julho de 2015 e alterações posteriores. (ii) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos de recuperações, resseguros e cosseguros cedidos e determinada com base nas notificações de sinistros avisadas. (iii) A provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base em metodologia submetida e aceita pela SUSEP e leva em consideração a experiência de sinistralidade da Seguradora. (iv) As receitas de comercialização de contratos de resseguro e custos de originação dos contratos (DAC) são amortizados no decorrer do prazo de vigência das apólices. **4.6 Custos de aquisição:** Os custos de comercialização e as receitas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e

reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição do diferimento das despesas e receitas de comercialização. **4.7 Capital social:** As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão das ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. **4.8 Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** a) Normas, alterações e interpretações de normas: A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir: **Pronunciamento - Descrição - Vigência:** IFRS 16 - Arrendamento mercantil - Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17 - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019; CPC 48 - Instrumentos Financeiros - Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 - Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP; IFRS 17 - Contratos de Seguros - Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 - Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos desses novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos. **5. Reconhecimento da receita:** **5.1 Apuração do resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. (i) Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização, contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos nas contas de resultados, pelo valor proporcional no prazo de vigência do risco; (ii) As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas a responsabilidades repassadas a outros resseguradores, pelo regime de competência. As receitas e os custos relacionados às apólices com faturamento mensal, cuja emissão da fatura ocorre no mês subsequente ao período de cobertura, são reconhecidos por estimativa, calculados com base no histórico de emissão. Os valores estimados são mensalmente ajustados quando da emissão da fatura/apólice. Os saldos relativos aos riscos vigentes e não emitidos foram calculados e registrados conforme metodologia definida em Nota Técnica Atuarial. **5.2 Receitas de juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado) são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda por "impairment", a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do período. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **5.3 Resseguro:** Os processos de resseguros são registrados no sistema operacional da Seguradora, de acordo com cada contrato negociado, para cada uma das linhas de coberturas. Os contratos de resseguros facultativos são negociados de acordo com as políticas e a legislação em vigor, sendo a conformidade do processo monitorado pela superintendência de resseguros da Seguradora. No processo de resseguro facultativo, executado pela área técnica da Seguradora, as operações devem ser aprovadas através do controle de aceitação de risco. Além disso, toda a documentação do processo de resseguros é devidamente verificada pela gerência de resseguros da Seguradora. Para evitar o risco de crédito com corretores de resseguros e resseguradoras, foram estabelecidos procedimentos e políticas que visam a manutenção da liquidez das operações. Para tratar tais questões, foi criado um comitê, o qual decide sobre as operações novas e em curso. Todas as alterações nos termos e condições de resseguros estão de acordo com os manuais e políticas de subscrição. Toda e qualquer mudança ocorrida nos termos e condições dos tratados de resseguro são comunicadas para os subscritores pela superintendência de resseguros da Seguradora. Antes desta comunicação as áreas subscrição/produto executam as alterações no sistema de acordo com as novas condições da apólice. **6. Gerenciamento de riscos:** A Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros: • Risco de subscrição de seguro; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional; • Risco de capital; • Análise de sensibilidade; • Risco financeiro. **6.1 Gestão do risco de subscrição:** O risco de subscrição é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na especificação das condições de aceitação, na tarifação do produto ou ainda de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas ou elaborar políticas de resseguro ou transferência de risco inadequada. a) Mitigadores do risco de aceitação do produto - A aceitação dos riscos é administrada principalmente, pela precificação, seleção e critérios de pulverização. Há constante monitoramento em relação aos resultados auferidos de forma a propiciar a implementação e revisão das políticas de aceitação, a qual, em linhas gerais, consiste na aplicação da teoria da probabilidade aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. A Seguradora mantém uma carteira de seguros pulverizada e diversificada de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade. O principal risco é que a frequência e severidade de sinistros sejam maiores do que o estimado. b) Mitigadores do risco de subscrição - A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender às necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Basicamente, a subscrição dos riscos pela Seguradora é procedida através de análise individual de forma a aliar a subscrição com o critério de precificação. Em geral os riscos assumidos são de periodicidade anual. Todos os riscos são registrados em sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados, podendo ser acessado em qualquer parte do globo, permitindo a subscrição do risco a nível global. c) Mitigadores do risco de resseguro - A Seguradora dispõe de políticas de resseguro como forma para diluir e homogeneizar sua responsabilidade diante dos riscos assumidos. Dessa política constam os critérios de riscos a ressegurar, lista dos resseguradores que atendem aos critérios estabelecidos, bem como o limite de comprometimento das ccessões a ser atribuído para cada um deles. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica em cada carteira. d) Mitigadores do risco de provisões técnicas insuficientes. As provisões técnicas da Seguradora são avaliadas semestralmente, na mesma periodicidade das divulgações das demonstrações financeiras. Juntamente com as avaliações são realizados testes de adequação dos passivos de forma a averiguar a adequação dos saldos registrados considerando as premissas mais atualizadas e realistas em relação aos riscos assumidos pela Seguradora. **6.2 Gerenciamento de risco de créditos:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro. A gestão de riscos dos ativos financeiros deve assegurar que o limites dos riscos apropriados aos investimentos não se excedam e que garantam retornos sustentáveis. A tabela a seguir apresenta a composição da carteira por classe e por categoria contábil.

31/12/2018		
Classificação	Sem rating	brAAA Valor de mercado
Caixa e Bancos	1.189	1.189
Prêmios a receber	54.442	54.442
Créditos tributários e previdenciários	140	140
Mantidos até o vencimento	38.174	38.174
Ativos pós-fixados	29.506	29.506
Públicos: Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	23.393	23.393
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	6.113	6.113
Ativos prefixados	8.668	8.668
Públicos: Letras do Tesouro Nacional (LTN)	8.668	8.668
Valor justo por meio do resultado	51.555	51.555
Ativos pós-fixados	25.816	25.816
Públicos		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	21.952	21.952
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	3.864	3.864

31/12/2018		
Classificação	Sem rating	brAAA Valor de mercado
Ativos prefixados	25.739	25.739
Públicos: Letras do Tesouro Nacional (LTN)	25.739	25.739
Privados	65.615	65.615
Fundos do consórcio DPVAT	65.615	65.615
Exposição máxima ao risco de crédito	121.386	89.729
	211.115	
31/12/2017		
Classificação	Sem rating	brAAA Valor de mercado
Caixa e Bancos	4.062	4.062
Prêmios a receber	29.397	29.397
Créditos tributários e previdenciários	918	918
Valor justo por meio do resultado	47.851	47.851
Ativos pós-fixados	47.851	47.851
Públicos: Notas do Tesouro Nacional (NTN)	47.851	47.409
Privados	59.654	59.654
Quotas e fundos de investimentos	435	435
Fundos do consórcio DPVAT	59.219	59.219
Exposição máxima ao risco de crédito	94.031	47.851
	141.882	

O valor justo dos instrumentos negociados num mercado ativo é baseado em cotação de preços em mercado ativo na data de balanço. O valor cotado dos ativos financeiros mantidos pela Seguradora é o de mercado, onde estes são incluídos em nível 1. **6.3 Gerenciamento de risco de liquidez:** A gestão de risco de liquidez se dá pela capacidade de a Seguradora gerar, através do gerenciamento de seus investimentos, o volume suficiente para saldar seus compromissos. **6.4 Gerenciamento de mercado:** O risco de mercado é a alteração no preço de mercado sobre os ganhos da Seguradora, sobre o valor de seus instrumentos financeiros. Para todos os instrumentos financeiros, o CPC 40, requer a divulgação relacionada à mensuração do valor justo com base no seguinte nível: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (nível 1).

31/12/2018			31/12/2017		
	Valor de mercado	Nível I	Valor de mercado	Nível I	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	34.407	34.407	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	45.345	45.345	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	9.977	9.977	47.851	47.851	
Quotas e fundos de investimentos	65.615	65.615	59.654	59.654	
Total	155.344	155.344	107.505	107.505	

6.5 Gerenciamento de risco operacional: Risco operacional é resultante de perdas de processos internos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro 2018 as concentrações brutas de risco para os produtos da Seguradora estão distribuídas da seguinte forma:

31/12/2018						
Ramo	Centro - Oeste	Nordeste	Norte	Sul - deste	Total Sul	Total Geral
Compreensivo Empresarial	-	-	-	803	134	937
Riscos de Engenharia	-	-	-	910	-	910
Riscos Diversos	-	-	-	2.994	-	2.994
Riscos Nomeados e Operacionais	4.587	381	15.442	-	-	20.410
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	-	24	-	396	-	420
DPVAT	1.623	3.219	968	7.884	3.283	16.977
Transporte Nacional	98	1.338	1.885	9.090	2.459	14.870
Transporte Internacional	170	485	503	10.937	1.327	13.422
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	-	-	-	10	16	26
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	-	-	-	13	-	13
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	1.213	134	109	1.804	4.888	8.148
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	933	38	-	648	3.760	5.379
Pessoas Coletivo Viagem	-	-	-	1.819	-	1.819
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	31	7	5	(213)	251	81
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	452	1.829	297	1.561	465	4.604
Pessoas Individual Viagem	-	(4)	-	47.684	-	47.680
Total Geral	4.520	11.657	4.148	101.782	16.583	138.690

31/12/2017						
Ramo	Centro - Oeste	Nordeste	Norte	Sul - deste	Total Sul	Total Geral
Riscos Diversos	-	-	-	2.073	-	2.073
Riscos Nomeados e Operacionais	-	-	-	325	-	325
DPVAT	1.802	3.456	1.102	10.879	3.408	20.647
Transporte nacional	-	-	-	13.069	2.063	15.132
Transporte internacional	-	2	-	9.936	46	9.984
R.C. Transporte aéreo carga - RCTA-C	-	-	-	89	-	89
R.C. Transporte rodoviário carga - RCTR-C	15	-	-	1.482	61	1.558
R.C. Transporte desvio de carga - RCF-DC	15	-	-	893	46	954
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	-	-	-	2	-	2
Pessoas Coletivo Viagem	7	30	6	(3.039)	34	(2.962)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	42	(37)	10	283	263	561
Pessoas Coletivo Vida	488	1.830	416	2.030	315	5.079
Pessoas Individual Viagem	-	-	-	31.835	-	31.835
Total Geral	2.369	5.281	1.534	69.857	6.236	85.277

6.6 Gestão de risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. O Patrimônio Líquido Ajustado - PLA da Seguradora está sendo apresentado na nota 22 - d). **6.7 Análise de sensibilidade:** Na presente análise de sensibilidade foi considerada a variável taxa de juros como fator de risco. Simulamos como uma elevação e diminuição de 2,5% na taxa de juros Selic, teriam impactado no Patrimônio Líquido e resultado em 31 de dezembro de 2018: O impacto no resultado após os impostos é de 23% e sobre o Patrimônio Líquido é de 5% em 31 de dezembro de 2018.

Impacto no resultado			
Fator de risco	Premissas	31/12/2018	31/12/2017
Taxa de juros	Diminuição de 2,5% na Selic	2.136	1.472
Taxa de juros	Aumento de 2,5% na Selic	(2.136)	(1.472)

6.8 Gestão de riscos financeiros: A carteira de investimentos está substancialmente protegida de riscos financeiros, os riscos são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, pelo Banco Bradesco S.A., que leva em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. O principal fator de risco que afeta o negócio da Seguradora é:

31/12/2018			
Classe	Pre-missas	Saldo contábil	Varição resultado impactado
Ativos pós-fixados públicos			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Aumento de 1,06% na taxa	45.345	481
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	9.977	106
Total		55.322	586
Impacto líquido de efeito tributário			645
Ativos pós-fixados privados			
Quotas e fundos de investimentos	Aumento de 1,06% na taxa	65.615	696
Total		65.615	66.311
Impacto líquido de efeito tributário			383
31/12/2017			
Classe	Pre-missas	Saldo contábil	Varição resultado impactado
Ativos pré-fixados públicos			
Notas do Tesouro Nacional - série B (NTN-B)	Aumento de 1,06% na taxa	47.409	503
Total		47.409	503
Impacto líquido de efeito tributário			276

A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez.

continua



—☆—continua— Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da STARR Internacional Brasil Seguradora S.A. - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa: Composto pelos valores da rubrica "Disponível"

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	5	—
Bancos	1.184	4.062
Total	1.189	4.062

8. Aplicações financeiras: As movimentações das aplicações financeiras de renda fixa são demonstradas abaixo da seguinte forma:

	31/12/2017	Aplicação	Res-gates	Rendimentos	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro	—	24.850	(2.949)	51	21.952
Letras do Tesouro Nacional	4.337	30.103	(9.385)	684	25.739
Notas do Tesouro Nacional	43.072	4.096	(43.329)	25	3.864
Fundos DPVAT	59.219	6.845	(4.547)	4.098	65.615
CDB	442	7.000	(7.486)	44	—
Total Circulante	107.070	72.894	(67.696)	4.902	117.170

	31/12/2017	Aplicação	Res-gates	Rendimentos	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro	—	23.108	—	285	23.393
Letras do Tesouro Nacional	—	8.505	—	163	8.668
Notas do Tesouro Nacional	—	78.151	(76.484)	4.446	6.113

	31/12/2017	Aplicação	Res-gates	Rendimentos	31/12/2018
Quotas e Fundos de Investimentos	435	56.735	(57.308)	138	—
CDB	—	5.000	(5.055)	55	—
Total não Circulante	435	171.499	(138.847)	5.087	38.174

	31/12/2016	Aplicação	Res-gates	Rendimentos	31/12/2017
Notas do Tesouro Nacional	30.509	12.608	—	4.292	47.409
Fundos DPVAT	55.482	5.971	(7.996)	5.762	59.219
CDB	4.197	1.440	(5.349)	154	442
Total Circulante	90.188	20.019	(13.345)	10.208	107.070

	31/12/2016	Aplicação	Res-gates	Rendimentos	31/12/2017
Quotas e fundos de investimentos	1	39.724	(39.500)	210	435
Total não Circulante	1	39.724	(39.500)	210	435

9. Créditos das operações com seguros e resseguros:

9.1 - Prêmios a receber:

Ramos	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
Compreensivo Empresarial	134	—	134
Riscos de Engenharia	25	—	25
Riscos Diversos	80	—	80
Riscos Nomeados e Operacionais	12.983	(3)	12.980
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	402	—	402
Transporte Nacional	9.722	(466)	9.256
Transporte Internacional	7.919	(114)	7.805
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	11	(1)	10
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	208	—	208
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	2.137	(82)	2.055
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	710	—	710
Pessoas Coletivo Viagem	697	(172)	525
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	89	(63)	26
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	729	(226)	503
Pessoas Individual Viagem	19.723	—	19.723
Total	55.569	(1.127)	54.442

Ramos	Prêmios a Receber de Segurados	Redução ao Valor Recuperável	Prêmios a Receber Líquido
Riscos Diversos	13	—	13
Riscos Nomeados e Operacionais	257	—	257
Transporte Nacional	9.130	(372)	8.758
Transporte Internacional	5.807	(747)	5.060
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	2	—	2
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	240	—	240
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	588	(91)	497
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	270	(1)	269
Pessoas Coletivo Viagem	1.044	(724)	320
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	555	(421)	134
Pessoas Coletivo Vida	704	(331)	373
Pessoas Individual Viagem	13.475	(1)	13.474
Total	32.085	(2.688)	29.397

9.2 - Composição quanto aos prazos de vencimento:

A vencer	31/12/2018	31/12/2017
A vencer de 0 a 30 dias	12.064	4.916
A vencer de 31 a 60 dias	9.100	3.795
A vencer de 61 a 90 dias	8.058	3.641
A vencer de 91 a 180 dias	15.505	10.454
A vencer de 181 a 365 dias	4.047	4.779
A vencer superior a 365 dias	3.074	189
Total	51.848	27.774

Vencidas	31/12/2018	31/12/2017
Vencidas de 0 a 30 dias	1.768	766
Vencidas de 31 a 60 dias	1.083	455
Vencidas de 61 a 90 dias	75	802
Vencidas de 91 a 180 dias	134	1.106
Vencidas de 181 a 365 dias	118	548
Vencidas superior a 365 dias	543	634
Total	3.721	4.311

9.3 - Operações com seguradoras:

Ramos	Comercia-lização Cosseguro Cedido	Redução ao Valor Recuperável	Comercia-lização Cosseguro Cedido	Comercia-lização Cosseguro Cedido
Riscos Nomeados e Operacionais	299	—	299	—
Transporte Nacional	166	—	166	—
Transporte Internacional	92	—	92	—
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	11	—	11	—
Total	568	—	568	—

9.4 - Operações com resseguradoras:

Ramos	Créditos com resseguros	Redução ao Valor Recuperável	Créditos Líquidos com resseguros
Riscos Nomeados e Operacionais	6	—	6
Transporte Nacional	1.025	—	1.025
Transporte Internacional	284	—	284
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	1	—	1
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	513	—	513
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	242	—	242
Pessoas Coletivo Vida	290	(12)	278
Total	2.361	(12)	2.349

Ramos	Créditos com resseguros	Redução ao Valor Recuperável	Créditos Líquidos com resseguros
Transporte Nacional	2.172	(188)	1.984
Transporte Internacional	769	(16)	753
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	6	(3)	3
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	1	—	1
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	2	(1)	1
Pessoas Coletivo Vida	483	(140)	343
Total	3.433	(348)	3.085

Consórcio DPVAT	Outros créditos operacionais	Total outros créditos operacionais
29	56	85
29	56	85

9.5 - Outros créditos operacionais:

Consórcio DPVAT	Outros créditos operacionais	Total outros créditos operacionais
50	—	50
50	—	50

10. Ativos de resseguro provisões técnicas

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Compreensivo Empresarial	347	20
Riscos de Engenharia	530	—
Riscos Diversos	2.050	—
Riscos Nomeados e Operacionais	11.000	87.981
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	137	10
Transporte Nacional	4.104	3.494
Transporte Internacional	5.248	8.229
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	1	—
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	1	—
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	212	1.045
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	44	308
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	—	3
Pessoas Coletivo Viagem	449	—
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	113	654
Pessoas Individual Viagem	449	—
Totais	24.685	101.747

Ativo	31/12/2018	31/12/2017
Riscos Diversos	684	—
Riscos Nomeados e Operacionais	140	72
Transporte Nacional	3.808	4.180
Transporte Internacional	3.418	549
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	1	—
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	33	—
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	—	15
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	—	3
Pessoas Coletivo Vida	1	326
Totais	8.085	5.130

11. Títulos e Créditos a receber:

11.1 - Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda a compensar	65	28
Antecipação de Imposto de Renda	2	233
Antecipação de Contribuição Social	28	189
Créditos Previdência Social	—	52
COFINS e PIS a Compensar	17	294
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	28	122
Total	140	918

11.2 - Outros créditos:

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Funcionários	21	—
Depósitos Judiciais - Sinistros	—	14
Outros Créditos	10	5
Total	31	19

12. Despesas antecipadas:

Operacionais:	31/12/2018	31/12/2017
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	—	176
Pessoas Individual Viagem	—	265
Total	27	441

13. Custos de aquisição diferidos:

Ramos	31/12/2017	Consti-tuição	Rever-são	31/12/2018
Compreensivo Empresarial	—	553	(490)	63
Riscos de Engenharia	—	122	(112)	10
Riscos Diversos	—	1	(1)	—
Riscos Nomeados e Operacionais	34	2.400	(1.868)	566
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	—	128	(67)	61
Transporte Nacional	1.408	13.963	(14.275)	1.096
Transporte Internacional	502	5.611	(5.635)	478
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	12	95	(104)	3
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	100	704	(750)	54
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	50	311	(319)	42
Pessoas Coletivo Viagem	13	32	(45)	—
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	37	839	(841)	35
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	14	49	(61)	2
Pessoas Individual Viagem	1.589	24.215	(23.436)	2.368
Total	3.759	49.023	(48.004)	4.778

Ramos	31/12/2016	Consti-tuição	Rever-são	31/12/2017
Riscos Nomeados e Operacionais	—	98	(64)	34
Transporte Nacional	337	9.506	(8.435)	1.408
Transporte Internacional	114	2.529	(2.141)	502
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	—	101	(89)	12
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	8	579	(487)	100
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	—	165	(115)	50
Pessoas Coletivo Viagem	705	746	(1.438)	13
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	7	258	(228)	37
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	43	197	(226)	14
Pessoas Individual Viagem	824	13.427	(12.662)	1.589
Total	2.038	27.606	(25.885)	3.759

Ramos	31/12/2016	Consti-tuição	Rever-são	31/12/2017
Riscos Nomeados e Operacionais	—	98	(64)	34
Transporte Nacional	337	9.506	(8.435)	1.408
Transporte Internacional	114	2.529	(2.141)	502
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	—	101	(89)	12
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	8	579	(487)	100
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	—	165	(115)	50
Pessoas Coletivo Viagem	705	746	(1.438)	13
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	7	258	(228)	37
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	43	197	(226)	14
Pessoas Individual Viagem	824	13.427	(12.662)	1.589
Total	2.038	27.606	(25.885)	3.759

Ramos	31/12/2016	Consti-tuição	Rever-são	31/12/2017
Riscos Nomeados e Operacionais	—	98	(64)	34
Transporte Nacional	337	9.506	(8.435)	1.408
Transporte Internacional	114	2.529	(2.141)	502
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	—	101	(89)	12
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	8	579	(487)	100
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	—	165	(115)	50
Pessoas Coletivo Viagem	705	746	(1.438)	13
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	7	258	(228)	37
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	43	197	(226)	

—☆ continuação — **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da STARR International Brasil Seguradora S.A. - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018** (Valores expressos em milhares de reais) configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Seguradora.

19. Provisões técnicas seguros: 19.1 - Provisões técnicas:

Ramos	31/12/2018						Total
	Prêmios não Ganhos	Sinistros a Liquidar	Sinistros Judiciais	Sinistros Ocorridos mas não Avisados	Despesas Relacionadas	Outras Provisões	
Compreensivo Empresarial	447	20	—	11	10	—	488
Riscos de Engenharia	686	—	—	3	—	—	689
Riscos Diversos	2.214	—	—	47	—	—	2.261
Riscos Nomeados e Operacionais	13.423	88.441	—	450	18	272	102.601
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	307	—	—	16	—	—	323
DPVAT	—	1.370	5.729	58.198	—	—	65.297
Transporte Nacional	7.417	6.137	856	979	58	—	15.447
Transporte Internacional	6.477	8.659	—	445	47	—	15.628
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	2	—	—	—	—	—	2
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	10	—	—	—	—	—	10
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	621	3.459	—	76	163	—	4.319
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	190	895	—	105	36	—	1.226
Total Danos	31.794	108.981	6.585	60.330	332	272	208.294
Pessoas Coletivo Viagem	59	2.646	19	38	125	—	2.887
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	96	50	15	35	—	—	196
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	26	2.287	123	1.033	—	—	3.469
Pessoas Individual Viagem	12.186	22.992	161	1.570	437	—	37.346
Total Pessoas	12.367	27.975	318	2.676	562	—	43.899
Total Provisões Técnicas	44.161	136.956	6.903	63.006	894	272	252.129

A companhia constituiu provisão para fazer face aos sinistros judiciais, de acordo com a classificação de risco, conforme avaliação de seus assessores jurídicos e de acordo com o seguinte critério: Perda provável - 100% do valor reclamado; Perda possível - 50% do valor reclamado; Perda remota - 1% do valor reclamado. Abaixo, demonstramos sua composição:

Sinistros Judiciais	31/12/2018			
	Classificação	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Perda Remota	42	978	862	
Perda Possível	11	254	165	
Perda Provável	11	121	147	
Totais	64	1.353	1.174	

20. Desenvolvimento de sinistros: As tabelas a seguir apresentam a atual estimativa do desenvolvimento dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de resseguro. Os sinistros judiciais foram separados dos sinistros não judiciais.

I - Bruto de Resseguro	31/12/2018				
	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão de Sinistros a Liquidar					135.326
I a - Sinistros Administrativos - Bruto de Resseguro					
Data de Ocorrência	2014	2015	2016	2017	2018
No ano de divulgação	636	6.192	38.864	86.002	260.127
1 ano depois	1.718	10.911	40.399	89.018	—
2 anos depois	3.147	10.934	40.563	—	—
3 anos depois	3.147	10.981	—	—	—
4 anos depois	3.147	—	—	—	—
Estimativa corrente	3.147	10.981	40.563	89.018	260.127
Pagamentos acumulados até a data-base	2.553	9.195	35.824	82.254	124.801
Passivo reconhecido no balanço	594	1.786	4.739	6.764	135.326
Falta acumulada	—	—	—	—	—
Total de sinistros administrativos inclusos no balanço					135.326
I b - Sinistros Judiciais - Bruto de Resseguro					
Data de Ocorrência	2014	2015	2016	2017	2018
No ano de divulgação	2	66	760	1.210	1.351
1 ano depois	44	84	844	1.241	—
2 anos depois	58	85	846	—	—
3 anos depois	58	85	—	—	—
4 anos depois	58	—	—	—	—
Estimativa corrente	58	85	846	1.241	1.351
Pagamentos acumulados até a data-base	58	88	110	177	177
Passivo reconhecido no balanço	—	(3)	736	1.064	1.174
Falta acumulada	—	—	—	—	—
Total de sinistros judiciais inclusos no balanço					1.174
II - Líquido de Resseguro					
Provisão de Sinistros a Liquidar					33.934
II a - Sinistros Administrativos - Líquido de Resseguro					
Data de Ocorrência	2014	2015	2016	2017	2018
No ano de divulgação	636	3.949	32.990	71.853	116.226
1 ano depois	1.718	8.185	34.264	73.828	—
2 anos depois	3.147	8.208	34.389	—	—
3 anos depois	3.147	8.255	—	—	—
4 anos depois	3.147	—	—	—	—
Estimativa corrente	3.147	8.255	34.389	73.828	116.226
Pagamentos acumulados até a data-base	2.553	9.184	35.940	82.464	82.292
Passivo reconhecido no balanço	594	(929)	(1.551)	(8.636)	33.934
Falta acumulada	—	—	—	—	—
Total de sinistros administrativos inclusos no balanço					33.934
II b - Sinistros Judiciais - Líquidos de Resseguro					
Data de Ocorrência	2014	2015	2016	2017	2018
No ano de divulgação	58	85	674	1.015	1.122
1 ano depois	85	674	1.015	1.122	—
2 anos depois	674	1.015	1.122	—	—
3 anos depois	1.015	1.122	—	—	—
4 anos depois	1.122	—	—	—	—
Estimativa corrente	1.122	1.122	1.122	1.122	1.122
Pagamentos acumulados até a data-base	58	88	110	177	185
Passivo reconhecido no balanço	1.064	1.034	1.012	945	937
Falta acumulada	—	—	—	—	—
Total de sinistros judiciais inclusos no balanço					937
21. Outros débitos:					
Provisões Trabalhistas					2
Provisões Cíveis					7
Total					9

A companhia constituiu provisão para fazer face aos processos cíveis e trabalhistas, de acordo com a classificação de risco, conforme avaliação de

seus assessores jurídicos e de acordo com o seguinte critério: Perda provável - 100% do valor reclamado; Perda possível - 50% do valor reclamado; Perda remota - 1% do valor reclamado. Abaixo, demonstramos sua composição em 31 de dezembro de 2018:

Provisões Cíveis	31/12/2018		
	Classificação	Quantidade	Valor Reclamado
Perda Remota	20	683	7
Perda Possível	—	—	—
Perda Provável	2	—	—
Totais	22	683	7

Provisões Trabalhistas

Classificação	31/12/2018		
	Quantidade	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Perda Remota	2	158	2
Totais	2	158	2

Total Geral 24 841 9

22. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de março de 2017 e 28 de abril de 2017, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias (AGE), aprovando a emissão de 4.730.950 (Quatro milhões, setecentas e trinta mil, novecentas e cinquenta) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 4.731, aprovado pela SUSEP pelas portarias n°s 379 e 392. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R\$ 4.731, elevando o Capital Social da Seguradora de R\$ 45.410 para R\$ 50.141. Em 28 de julho de 2017, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 3.131.300 (Três milhões, cento e trinta e uma mil e trezentas) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 3.131, aprovado pela SUSEP pela portaria 542. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R\$ 3.131, elevando o Capital Social da Seguradora de R\$ 50.141 para R\$ 53.272. Em 28 de setembro de 2017, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 3.164.000 (Três milhões, cento e sessenta e quatro mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 3.164, aprovado pela SUSEP pela portaria n° 663. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R\$ 3.164, elevando o Capital Social da Seguradora de R\$ 53.272 para R\$ 56.436. Em 31 de outubro de 2017, foi

23. Detalhamento das contas da demonstração do resultado: 23.1 - Prêmios emitidos:

Ramos	Emitido	Cancelado	Restituído	31/12/2018		Prêmio DPVAT	Prêmio RVNE	31/12/2018	31/12/2017
				Cosseguro Cedido	Prêmio DPVAT				
Compreensivo Empresarial	1.605	(720)	—	—	—	—	53	938	—
Riscos de Engenharia	1.651	(766)	—	—	—	—	25	910	—
Riscos Diversos	2.927	—	—	—	—	—	67	2.994	2.073
Riscos Nomeados e Operacionais	25.366	(5.313)	(101)	(2.895)	—	3.352	20.409	326	—
R.C. de Administração e Diretores - D&O	402	—	—	—	—	—	18	420	—
DPVAT	—	—	—	—	—	16.976	—	16.976	20.647
Transporte Nacional	19.253	(3.002)	(604)	(880)	—	—	103	14.870	15.132
Transporte Internacional	17.029	(2.864)	(94)	(740)	—	—	91	13.422	9.983
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	24	—	—	—	—	—	2	26	2
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	14	(2)	—	—	—	—	—	12	89
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	7.731	(377)	(7)	(55)	—	—	857	8.149	1.559
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	5.347	(19)	(4)	—	—	—	55	5.379	955
Pessoas Coletivo Viagem	2.036	(123)	—	—	—	—	(93)	1.820	(2.961)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	618	(407)	(20)	—	—	—	(110)	81	559
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	5.949	(975)	(300)	—	—	—	(70)	4.604	5.076
Individual Viagem	63.038	(12.982)	—	—	—	—	(2.376)	47.680	31.837
Total	152.990	(27.550)	(1.130)	(4.570)	16.976	1.974	138.690	85.277	

23.2 - Variações das provisões técnicas de prêmios:

Ramos	31/12/2018		31/12/2017	
	Prêmio Emitido	Prêmio Emitido	Prêmio Emitido	Prêmio Emitido
Compreensivo Empresarial	(447)	—	—	—
Riscos de Engenharia	(687)	—	—	—
Riscos Diversos	(1.317)	(896)	—	—
Riscos Nomeados e Operacionais	(13.162)	(260)	—	—
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	(307)	—	—	—
DPVAT	(68)	(85)	—	—
Transporte Nacional	970	(6.147)	—	—
Transporte Internacional	(1.488)	(3.825)	—	—
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	(2)	—	—	—
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	30	(32)	—	—
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	(212)	(357)	—	—
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	11	(194)	—	—
Pessoas Coletivo Viagem	39	4.229	—	—
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	64	(131)	—	—
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	37	36	—	—
Total	(4.824)	(1.202)	(21.363)	(8.864)

23.3 - Prêmios ganhos:

Ramos	31/12/2018		31/12/2017	
	Prêmio Emitido	Prêmio Emitido	Prêmio Emitido	Prêmio Emitido
Compreensivo Empresarial	491	—	—	—
Riscos de Engenharia	223	—	—	—
Riscos Diversos	1.677	1.177	—	—
Riscos Nomeados e Operacionais	7.247	66	—	—
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	113	—	—	—
DPVAT	16.908	20.562	—	—
Transporte Nacional	15.840	8.985	—	—
Transporte Internacional	11.934	6.158	—	—
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	24	2	—	—
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	42	57	—	—
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	7.937	1.202	—	—
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	5.390	761	—	—
Pessoas Coletivo Viagem	1.859	1.268	—	—
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	145	428	—	—
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	4.641	5.112	—	—
Pessoas Individual Viagem	42.856	30.635	—	—
Total	117.327	76.413		

realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 4.871.000 (Quatro milhões, oitocentas e setenta e uma mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 4.871, aprovado pela SUSEP pela portaria n° 713. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R\$ 4.871, elevando o Capital Social da Seguradora de R\$ 56.436 para R\$ 61.306. Em 28 de dezembro de 2017, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 3.222.000 (Três milhões, duzentas e vinte e duas mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 3.222, aprovado pela SUSEP pela portaria n° 785. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R\$ 3.222, elevando o Capital Social da Seguradora de R\$ 61.306 para R\$ 64.529. Em 30 de janeiro de 2018 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de 3.139.000 (Três milhões, cento e trinta e nove mil) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo o valor total de emissão de R\$ 3.139, aprovado pela SUSEP pela portaria n° 843. Como resultado da aprovação do aumento de capital de R\$ 3.139, elevando o Capital Social da Seguradora de R\$ 64.529 para R\$ 67.668. Em 28 de março de 2018 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aprovando a emissão de

—☆— continuação — Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da STARR Internacional Brasil Seguradora S.A. - Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

23.6 - Custos de aquisição:

Ramos	31/12/2018		Total custos de aquisição	Índice de Comercialização (%)
	Comissões sobre prêmios	Outros custos de aquisição		
Compreensivo Empresarial	(128)	63	(65)	7%
Riscos de Engenharia	(13)	10	(3)	—
Riscos Nomeados e Operacionais	(1.006)	532	(474)	2%
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	(81)	61	(20)	5%
DPVAT	(204)	—	(204)	1%
Transporte Nacional	(2.018)	(311)	(2.329)	16%
Transporte Internacional	(1.494)	(24)	(1.518)	11%
R.C. Transporte Carga Viagem Internacional - RCTR-VI-C	(2)	—	(2)	8%
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	(4)	(9)	(13)	108%
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	(1.172)	(46)	(1.218)	15%
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	(859)	(8)	(867)	16%
Pessoas Coletivo Viagem	(5)	1	(13)	1%
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(69)	(3)	(72)	89%
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	(767)	(268)	(1.035)	23%
Pessoas Individual Viagem	(10.902)	779	(10.123)	21%
Total	(18.724)	(267)	(17.972)	13%

Ramos	31/12/2017		Total custos de aquisição	Índice de Comercialização (%)
	Comissões sobre prêmios	Outros custos de aquisição		
Riscos Nomeados e Operacionais	(42)	34	(8)	2%
DPVAT	(244)	—	(244)	1%
Transporte Nacional	(2.260)	1.070	(1.190)	8%
Transporte Internacional	(1.037)	388	(649)	7%
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	(23)	12	(11)	12%
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	(220)	92	(128)	8%
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	(120)	50	(70)	7%
Pessoas Coletivo Viagem	(64)	(372)	(692)	(38%)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(120)	(4)	(94)	17%
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	(843)	(236)	(1.079)	22%
Pessoas Individual Viagem	(7.521)	765	(6.756)	21%
Total	(12.494)	(612)	(11.387)	13%

Os custos de comercialização são compostos por montantes referentes as comissões e agenciamentos, sendo diferidos por ocasião de emissões dos contratos ou apólices e apropriados no resultado, de forma linear pelo prazo

médio de 12 meses. Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios emitidos líquidos. 23.7 - Outras receitas e despesas operacionais:

Ramos	31/12/2018	31/12/2017
Compreensivo Empresarial	6	—
Riscos de Engenharia	(5)	—
Riscos Diversos	(188)	—
Riscos Nomeados e Operacionais	10	6
DPVAT	(1.896)	(2.196)
Transporte Nacional	(129)	(91)
Transporte Internacional	495	(478)
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	(1)	—
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	9	—
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	(10)	(78)
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	17	—
Pessoas Coletivo Viagem	(808)	(3.635)
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	354	(424)
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	(266)	(1.015)
Pessoas Individual Viagem	(128)	(253)
Total	(2.540)	(6.164)

23.8 - Resultado com resseguro:

Ramos	31/12/2018	31/12/2017
Compreensivo Empresarial	38	—
Riscos de Engenharia	3	—
Riscos Diversos	43	—
Riscos Nomeados e Operacionais	112.913	108
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	10	—
Transporte Nacional	6.345	7.001
Transporte Internacional	8.478	1.445
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	2	—
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	1.729	24
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	611	15
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	—	4
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	1.285	1.450
Pessoas Individual Viagem	168	—
Total	131.625	10.047

Ramos	31/12/2018	31/12/2017
Compreensivo Empresarial	(355)	—
Riscos de Engenharia	(161)	—
Riscos Diversos	(1.364)	(1.102)
Riscos Nomeados e Operacionais	(5.442)	(144)
R.C. de Administradores e Diretores - D&O	(39)	—
Transporte Nacional	(7.342)	(5.063)
Transporte Internacional	(7.993)	(4.577)
R.C. Transporte Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	(6)	(2)
R.C. Transporte Aéreo Carga - RCTA-C	(6)	(76)
R.C. Transporte Rodoviário Carga - RCTR-C	(2.033)	(99)
R.C. Transporte Desvio de Carga - RCF-DC	(1.080)	(83)
Pessoas Coletivo Viagem	(273)	—
Pessoas Coletivo Acidentes Pessoais	(2)	(5)
Pessoas Coletivo Vida em Grupo	(670)	(1.023)
Pessoas Individual Viagem	(274)	—
Total	(27.040)	(12.174)

Total do Resultado com resseguro

104.585 (31/12/2018) **(2.127)** (31/12/2017)

23.9 - Despesas administrativas:	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal próprio	(7.016)	(5.211)
Serviços de terceiros	(3.612)	(3.879)
Localização e funcionamento	(1.268)	(1.162)
Publicidade e propaganda	(8)	(1)
Publicações	(201)	(21)
Donativos e contribuições	(78)	(32)
Outras despesas administrativas	(519)	(109)
DPVAT	(2.009)	(1.389)
Total	(14.711)	(11.804)

23.10 - Despesas com tributos:

23.10 - Despesas com tributos:	31/12/2018	31/12/2017
Encargos IOF	(237)	(143)
Outros impostos federais	(1)	—
Impostos municipais	(153)	(64)
PIS e COFINS	(2.964)	(2.024)
Contribuição sindical	(77)	(11)
Taxa fiscalização	(799)	(706)
Total	(4.231)	(2.948)

23.11 - Resultado financeiro:

Receitas financeiras	31/12/2018	31/12/2017
Receitas com títulos de renda fixa privados	4.346	6.126
Receitas com títulos de renda fixa públicos	14.867	6.409
Receitas com operações de seguros	3.708	1.226
Outras receitas financeiras	291	148
Total	23.192	13.909

Despesas financeiras

Despesas financeiras	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com títulos de renda fixa	(9.224)	(2.117)
Despesas financeiras com operações de seguros	(13.034)	(6.529)
Despesas financeiras eventuais	(10)	(9)
Total	(22.268)	(8.655)

Resultado financeiro

924 (31/12/2018) **5.254** (31/12/2017)

23.12 - Ganhos e perdas com ativos correntes:

(50) (31/12/2018) **—** (31/12/2017)

Total

(50) (31/12/2018) **—** (31/12/2017)

23.13 - Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

correntes: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R\$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 20%. Os créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais estão sendo controlados na escrituração fiscal.

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes dos impostos e participações	(9.109)	(9.109)	(19.980)	(19.980)
Ajustes (adições/exclusões)	(4.013)	(4.013)	2.680	2.680
Base de cálculo	(13.122)	(13.122)	(17.300)	(17.300)
Alíquota nominal	25%	20%	25%	20%

23.14 - Participação nos lucros:

(500) (31/12/2018) **(184)** (31/12/2017)

Total

(500) (31/12/2018) **(184)** (31/12/2017)

Diretora-Presidente
Cristina dos Santos Domingues

Diretor
Diego Oller Mont Serrath

Diretor
Mauro Filipe da Silva Reis

Contador
Maurício Gonçalves Camilo Pinto - CRC 1SP145786/O-7
Atuário - **Marcos Falcão - MIBA 893**

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

ANO-BASE: 2018

AOS DIRETORES E ACIONISTAS DA

STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A.

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A., em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de

Aos Acionistas e aos Administradores da STARR Internacional Brasil Seguradora S.A. - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da STARR Internacional Brasil Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STARR Internacional Brasil Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da**

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. A companhia não operou com retrocessão no ano-base. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluindo

e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da STARR INTERNATIONAL BRASIL SEGURADORA S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 22 de fevereiro de 2019. **Miki Massui** - Atuário MIBA nº 825, Avenida Paulista nº 807, conjunto 2315, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-100.

falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte - MG, 22 de fevereiro de 2019



Baker Tilly Brasil Auditores Independentes - CRC - MG 005455/O-1
Gilberto Galinkin - Contador - CRC/MG 035718/O-8

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

